



**Fala
sério
Arruda!**

Chega de jogo com o BRB!

Permanência do BRB público, caso oficializada, é vitória da categoria e da cidade

O Sindicato sempre defendeu a premissa da permanência do BRB como banco público.

“O BRB é nosso, é do DF” foi o mote da campanha que o conjunto das bancárias e bancários fizeram, em vários graus e instâncias, ao longo desses dois anos, desde que o governador declarou sua intenção de privatizar o banco, no primeiro semestre de 2007.

Temos a convicção de que a força coletiva unida, mais as ações do Sindicato junto à sociedade, à Câmara Legislativa do DF, junto ao secretariado do GDF e ao próprio governador, entre outros agentes políticos e econômicos, barrou a intenção privatista.

A consequência, uma vez dada a fixação em fazer caixa com a venda, foi a procura do governador e o estabelecimento públicos de tratativas com o BB, que evoluíram para uma probabilidade grande, quase irreversível, de objetivação.

Configurou-se para a categoria, não sem muito debate e posições diferenciadas, uma convergência de entender a então provável incorporação como uma alternativa menos pior, ou menos melhor, conforme a interpretação.

Hoje, diante das declarações públicas, em mais uma gritante contradição do governador, a respeito de desfazer as negociações com o BB e permanecer com o BRB, a probabilidade se inverteu.

Com a amplitude da declaração, na voz do governador e na imprensa, é alvissareiro que o nosso banco do DF permaneça público, não obstante não haver, até a noite desta segunda-feira 20, chegado ao Sindicato a informação definitiva quanto a uma formalização junto ao BB, ou ao mercado, da desistência do negócio.

Ao recapitularmos, contudo, a série de contorsivas contradições, inclusive lógicas, do governador sobre suas proposições para o banco, embora não só quanto a ele, como sabe qualquer pessoa que tenha memória mediana e acompanhe minimamente o noticiário e a vida política do país e da cidade, se apresentam de pronto algumas observações e questões que, caso efetivamente confirmada a permanência do Banco de Brasília enquanto tal, estarão postas para os funcionários/as, clientes, população, agentes políticos, enfim, para a sociedade e o povo do DF.

- 1) Arruda declarou expressamente na campanha eleitoral a manutenção e a valorização do BRB e seus funcionários.
- 2) Logo após eleito, teve duas diretorias sob sua responsabilidade, cujos presidentes saíram do banco presos, e deixaram rastros de temeridades impactantes.
- 3) Declara então querer privatizar um banco, que, como nunca escondeu, para ele não tinha função sob a alçada do seu Governo.
- 4) Sabendo da resistência do Sindicato, da categoria, de todos os beneficiários pela performance histórica e prezada pela sociedade de todo o DF, desiste de privatizar, e propõe a venda ao banco



- federal, para amenizar o alcance da venda.
- 5) Numa incompetência imprudente e tergiversante, as negociações se arrastam por anos, prejudicando a todos, aumentando o estresse e a ansiedade, num caso inédito de desconsideração de um governante por uma instituição bancária e seus funcionários e usuários.
 - 6) Quando todos os elementos levavam ao desfecho, após idas e vindas do governador, surpreendentemente Arruda vem novamente a público, de súbito, declarar não mais vender o banco, e que tem muitos novos projetos para o BRB como agente público.

Algumas questões que não querem calar:

- a) Por que o governador oscilante não consegue firmar uma posição coerente quanto ao BRB desde o início?
- b) Será que privilegiou jogar com o banco, em vários sentidos, em detrimento de uma análise séria e respeitosa para com as funções de uma instituição histórica presente há décadas em todas as cidades do DF?
- c) Será que o estabelecimento de tão demoradas tratativas deveriam-se à inoperância política do governador e das cinco diretorias que passaram pelo banco sob seu governo, e não à atuação do BB, como declarou Arruda (DEM), talvez transferindo responsabilidade? Apenas como comparação, vale olhar para a decisão e agilidade de seu colega muito afim, o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), quanto à venda ao mesmo BB, em três meses, da Nossa Caixa.
- d) O governador alegou, em plena contradição lógica, que não efetuou a venda devido à defasagem do preço desejado e o ofertado, e, ao mesmo tempo, disse que o BRB estava renovado e apto para exercer crédito e servir para os atuais e novos projetos de interesse do governo.
- e) Como justificar os custos com consultorias contratadas para embasar a possível venda?

Por essas constatações iniciais, deve-se aumentar a atenção dos funcionários, e do povo de Brasília e das cidades, verdadeiros donos da empresa pública:

- Se atingido o preço querido, o banco seria vendido, e esquecidas as suas funções públicas mencionadas na campanha eleitoral e recentemente?
- Se o banco pode, poderia, poderá cumprir tais funções, por que tratar de vendê-lo, seja na tentativa de privatizar, seja ao BB, ainda mais com tal recorde de demora, descaso e descuido com a coisa pública, além de falta de tino político de decisão governamental e/ou interesses outros?
- O que garante que, embora menos provável até o novo calendário eleitoral (2010), o governador Arruda, e seus grupos de aliados políticos, não venham a propor a venda do Banco pelo valor a eles apetecível, esquecendo o discurso conveniente e de ocasião quanto ao – para nós – inquestionável valor e viabilidade do BRB enquanto banco do povo do DF?

Todas essas considerações colocam as bases para redobrar o trabalho do Sindicato, colado aos bancários/as do BRB e de toda a categoria, com a atenção e envolvimento dos outros servidores e trabalhadores, empresários produtivos, clientela e usuários em geral, numa campanha com o sentido de fiscalizar a pente fino a atuação do governo sobre o banco. Há que se acompanhar também o desempenho real de sua diretoria atual, que tem parte considerável de indicações políticas sem lastro técnico, as operações, o crédito, os novos negócios, os patrocínios, a publicidade, os contratos com terceiros, etc. Enfim, toda a gama de mecanismos/artifícios que, já vimos esse filme queimado, pode servir para a má-utilização política dessa instituição que sobrevive com sete fôlegos, pois preferida e respeitada pela população e calçada no trabalho, na dedicação, no empenho cotidiano de seus empregados/as, principais responsáveis pela força do BRB no mercado, na sociedade, no dia-a-dia do serviço ao público.

Que permaneça o BRB! Um BRB saudável, a serviço do bem público.

Que o governador Arruda, em que pese sua tradição de declarações e atitudes contraditórias, muitas vezes beirando a insistência em meias-verdades ou verdades que não se sustentam, honrando sua função de chefe do Executivo, deixe muito claro o que seu governo afinal propõe para o BRB; e não ficaria mal a humildade devida pelo reconhecimento de mais um erro, de que esperamos, ele tenha se arrependido.

Mas como reza a tradição, e os bancários/as do BRB nunca fugiram às lutas, permaneçamos “orando, agindo e vi-gi-an-do”!

Nova reorganização acionária na Seguros e na Cartão

Em 17 de abril, o Conselho Deliberativo do BRB Clube aprovou a reorganização societária da BSB Corretora (BRB Seguros) e Cartão BRB. Pela proposta, o Clube ficará com 30,3 % das ações da nova companhia surgida desta reorganização. O BRB ficará com 69,7%, e haverá um contrato de utilização do balcão do banco bem como da marca BRB durante dez anos, período este em que, se o houver quebra de contrato por parte do banco, o Clube será indenizado “pro-rata tempore” ao período faltante.

Estes percentuais foram definidos após consultoria que apurou o valor aportado por cada sócio, o Clube com sua atual participação nestas duas empresas e o banco com o valor da marca e do balcão. É importante ressaltar que avanços nos entendimentos com o Clube, cuja diretoria é toda nomeada pelo banco, ocorreram por força da intervenção do Sindicato e da AFABRB, dentre os quais podemos destacar o percentual de participação, o direito de indicação de conselheiros nos conselhos das empresas, a destina-

ção de recursos da ordem de mais de 5 milhões para o BRB Saúde e ainda a garantia de indenização caso haja ruptura do contrato por parte do banco. O Sindicato e a AFA reconhecem também a disposição da direção do Clube em buscar sintonia com o interesse dos funcionários.

Feita esta reorganização, é imprescindível que o estatuto do Clube seja alterado para que ele realmente seja propriedade dos funcionários, pois atualmente o BRB tem total ingerência sobre o Clube, cabendo à diretoria indicar todos os membros do conselho deliberativo.

Cabe também alterar a destinação dos lucros do Clube, que hoje, embora estejam sendo repassados para cobrir 40% da despesa do BRB Saúde, prevê que pode também ser destinado para ações assistenciais do GDF. É necessário que o estatuto preveja o repasse de lucros somente para cobertura de despesas do BRB Saúde e que seja acrescida a possibilidade de repasse para a Regius, visando beneficiar a todos os participantes do fundo de pensão.

Ainda sobre o plano de saúde

dos funcionários, o BRB Saúde, a diretoria, durante toda a discussão sobre a reorganização societária das empresas que envolveu o Clube, deixou transparecer preocupação com o futuro da BRB Saúde, e também com a Regius, que possui um serviço passado a ser equacionado, o que faz com que o funcionário ao se aposentar tenha de contribuir com 15% de seu benefício.

O Sindicato e a AFA BRB, cujas preocupações são fundamentalmente estas, e se empenharam no acompanhamento dessas discussões, insistem na necessidade de o banco assumir um compromisso público sobre estas duas instituições tão importantes para o funcionalismo. Deve ser contemplada clara e objetivamente a sustentabilidade futura do BRB Saúde, e também uma forma de equacionar o serviço passado da Regius para minimizar o desembolso dos funcionários quando estes se aposentam.

É fundamental também o banco ter a coragem de abrir uma discussão que vise a democratização da Regius e do BRB Saúde cujo patrimônio é formado paritariamente, com

contribuição de 1 x 1, porém com direções indicadas pelo BRB (leia-se, também, GDF). Os funcionários exigem o direito de eleger parte da diretoria destas duas empresas, dentro inclusive de um princípio de boa governança que deve presidir instituições sérias, especialmente quando parte dos recursos provêm dos próprios funcionários.

“O Clube cumpre um relevante papel ao garantir segurança aos funcionários na medida em que ajuda a pagar as despesas do BRB Saúde. Deve continuar este procedimento, e ainda poder repassar recursos à Regius, para melhorias ao participante”, diz Antonio Eustáquio, secretário de imprensa do Sindicato e funcionário do BRB, para quem “ao banco cabe ainda abrir negociações para democratizar tanto a BRB Saúde quanto a Regius, possibilitando a eleição direta de diretores destas instituições, o que com certeza contribuirá para uma melhor gestão destas empresas tão importantes para os funcionários, com absoluta transparência, a exemplo do que acontece no Banco do Brasil, com a PREVI e a CASSI.”

PCS - diretoria precisa assumir compromisso de implantação

O PCS, fruto de discussão em comissão paritária com membros indicados pelo BRB e pelo Sindicato, posteriormente alterada pela direção do banco e discutida com o Sindicato já foi aprovada pelo Consad (Conselho de Administração) do BRB, consta da pauta da assembleia de acionistas a ser realizada na próxima sexta-feira 24, dentro de

um rol de assuntos que inclui ainda a PLR/bônus para os diretores do banco, benefício que o Sindicato não é contra, em tese, apesar de considerar discrepante a proposta diante do que a diretoria propõe para os funcionários.

Esta proposta que será pauta da assembleia de acionistas apresenta avanços importantes, e no geral

representa um resultado positivo.

O Sindicato tem cobrado da diretoria a data de 1º de maio como data para implantação deste novo PCS (data simbólica – dia do trabalhador), até porque em 2008 o presidente dissera mais de uma vez que o novo PCS seria implantado ainda em janeiro passado. Os funcionários do banco, que conforme

declarações recentes do governador Arruda são peças imprescindíveis para o sucesso do banco, apesar do ambiente de absoluta instabilidade pela qual o banco tem passado, precisam e merecem este novo PCS. A diretoria do banco, e em especial seu presidente Ricardo Vieira devem este compromisso aos funcionários do banco.



Banco diz que licença-maternidade de seis meses é assunto para a data-base

Em resposta ao ofício pelo qual o Sindicato reivindica a adoção da licença-maternidade de seis meses (180 dias), o BRB esquivou-se da discussão do assunto. O banco alegou que o assunto já foi analisado pela comissão de negociação da Fenaban, "que conclui tratar-se de matéria a ser discutida de forma coletiva, pelo setor, por ocasião da data-base da categoria, se reivindicado pelas representações sindicais".

A extensão da licença-mater-

nidade de quatro para seis meses, decorre de lei federal sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em setembro do ano passado.

Embora a prorrogação do benefício seja opcional, ela já foi adotada pelo GDF e recentemente pelo Banco do Brasil. O Sindicato cobra do BRB a extensão da licença, uma vez que a empresa que a conceder auferirá benefício fiscal.

Confira a baixo o ofício encaminhado pelo Sindicato:

Sindicato assegura pagamento do PPR/PLR nesta quarta 23

Após o cancelamento da assembleia de acionistas que havia sido convocada para a última sexta-feira, dia 17, na qual seria ratificada dentre outros assuntos, a distribuição de lucros pelo BRB, a direção do banco anunciou que não seria feito o pagamento do PPR/PLR na segunda-feira 20, data estabelecida pelo acordo coletivo - como a nova assembleia foi convocada para o dia 24, sexta-feira, o pagamento ficaria para a próxima semana.

O Sindicato entrou em ação e cobrou do diretor de Administração, Sérgio Augusto, na sexta e na segunda-feira, a garantia do pagamento na

data prevista. O dia 20 acabou não sendo observado, mas a pressão assegurou o anúncio do crédito do PPR/PLR para o dia 23, quinta-feira.

"Foi importante garantir o pagamento esta semana, mas ficou claro que o banco poderia sim ter mantido o dia 20 para evitar prejuízos aos funcionários que fizeram compromissos para essa data, especialmente por meio de NP. Vamos adotar todas as medidas necessárias para assegurar que se algum funcionário for prejudicado, seja ressarcido", enfatiza André Nepomuceno, secretário-geral do Sindicato.

Curso "Descobrimo o Mercado de Ações" 27 a 30/04. Inscreva-se!

As inscrições para o curso "Descobrimo o mercado de ações" podem ser feitas até o dia 26 de abril (pré-inscrição) pela internet ou até o primeiro dia do curso (segunda-feira - 27/04) junto à tesouraria do Sindicato. O curso é destinado aos bancários e bancárias que buscam, além de conhecimento na área, aprender a operar na bolsa de valores.


Em linguagem simples e acessível, o aluno aprenderá a perceber os riscos envolvidos nas operações com ações, a utilizar critérios consagrados pelo mercado na montagem de uma carteira, e ser capaz de montar estratégias para atuar no mercado de ações. O curso também habilita o aluno a comprar e vender ações diretamente no pregão online utilizando a internet.

"O objetivo da diretoria do Sindicato é assegurar, de modo complementar, espaço de excelên-

cia para as demandas de qualificação/formação da categoria bancária", ressalta Kleyton Moraes, secretário de Formação da entidade.

A pré-inscrição para o curso deve ser feita preenchendo o formulário. A inscrição será confirmada pelo Sindicato, que entrará em contato por telefone ou e-mail, solicitando o pagamento da taxa do curso, que poderá ser feito na própria sede da entidade junto à tesouraria.

As aulas serão ministradas de 27 a 30 de abril (segunda a quinta-feira). Bancários sindicalizados pagam R\$ 270 à vista, ou em três vezes sem juros - entrada e mais duas parcelas, em 30 e 60 dias, no cheque. Aqueles que se sindicalizarem no ato da inscrição/pagamento também farão jus ao desconto. O valor para bancários não sindicalizados é de R\$ 450. Vagas limitadas.



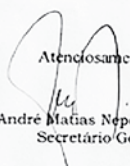
Ofício nº. 129/2009 Brasília, 03 de abril de 2009.

Ao
Banco de Brasília - BRB
Ricardo Vieira
Presidente

Senhor Presidente,

Conforme reivindicação do Sindicato nas negociações coletivas de 2008, com a manifesta concordância do banco, a depender de regulamentação da lei federal, vimos reiterar junto a V. Sa. a imediata implementação da **licença maternidade por 180 dias**, com efeito retroativo a 01.SET.2008.

Tal solicitação se vê reforçada com a recente conquista do movimento sindical bancário junto ao Banco do Brasil, que instituiu o justo benefício, já a possibilitar na prática a extensão do vínculo materno tão estrutural para a formação e o desenvolvimento infantil.

Atenciosamente,

André Matias Nepomuceno
Secretário Geral

C/C DIRAD
Sr. Diretor Sérgio Augusto

